

Educação das jovens mareenses

Pesquisa avalia a situação educacional das mulheres e meninas da Maré durante a pandemia. **PÁGINAS 8 E 9**

Cenário da segurança pública na Maré.

PÁGINAS 4, 5 E 6

Os desafios cotidianos de ser mulher negra.

PÁGINA 7

Liderança feminina em coletivos do território.

PÁGINAS 14 E 15

POR DOUGLAS LOPES EM 2019



Redes da Maré faz aniversário

Ano após ano, a organização tem desenvolvido projetos que impactam a vida dos 140 mil moradores da Maré a partir de quatro eixos fundamentais: Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça; Arte, Cultura, Memórias e Identidades, Desenvolvimento Territorial; e Educação. **PÁGINAS 10 E 11**

EDITORIAL

Todos os dias, e não apenas o 8 de março, deveriam exaltar a mulher e a constante luta feminina por igualdade. E, embora ainda não as vejamos em espaços de liderança na mesma proporção que os homens, elas estão na linha de frente de coletivos, articulações populares e mobilizações em prol da comunidade. Elas encabeçam movimentos de mães e mulheres que perderam familiares em atos de violência do Estado; se organizam para buscar melhorias para o seu território; chefiam seus lares e cuidam de suas famílias. As mulheres merecem ser cuidadas e, principalmente, respeitadas.

É preciso lembrar também que, no dia 16 de março, completa-se um ano do início das medidas de isolamento social. O novo coronavírus já estava no Brasil, mas foi a partir dessa data que o estado do Rio precisou mudar e se adequar a uma nova rotina, deixando ainda mais explícita a desigualdade que existe entre os espaços ditos como nobres e as favelas e periferias da cidade. E, mais uma vez, a articulação comunitária mostrou que nesses espaços o “nós por nós” é a base para que as ações aconteçam. Avançamos no combate à covid-19, mas não podemos bobear: todo cuidado ainda é pouco enquanto não há doses de vacina para toda a população. Cuidem-se, e até a próxima edição.

QUADRINHOS - CAMPANHA CLIMÃO

Carangueirão e Guaravinho em: Saneamento



CEDAE MARÉ (falta de água): Rua Teixeira Ribeiro, S/N – Nova Holanda. Telefone: 0800-282-1195

COCÔZAP (mapeamento de problemas de saneamento): Telefone: 99957-3216

DETRAN (emissão de documentos): Rua Principal, S/N – Baixa do Sapateiro / Rua Teixeira Ribeiro, 629 – Loja 4/5 – Parque Maré. Telefones: 3460-4040 / 3460-4041

30ª REGIÃO ADMINISTRATIVA: Rua Principal, S/N – Baixa do Sapateiro. Telefones: 3105-4482 / 3881-0399

COMLURB MARÉ (recolhimento de lixo): Rua Teixeira Ribeiro, S/N – Nova Holanda. Telefones: 99771-8544 / 97119-0632

FUNDAÇÃO LEÃO XIII (assistência social e acesso gratuito à emissão de documentos): Rua Gerson Ferreira, 6 – Praia de Ramos. Telefone: 2334-7802

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

(21) 97271-9410

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



R. Sargento Silva Nunes, 1012 Nova Holanda – Maré Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242 www.mareonline.com.br maredenoticias@gmail.com contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré
Campanha Climão
Casa Preta da Maré
Centro de Artes da Maré
Espaço Normal
World Mosquito Program (WMP)

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Daniele Moura (Mtb 24422/RJ)

EDITORA
Andressa Cabral Botelho

COORDENADORES DE DISTRIBUIÇÃO:

Arthur Viana
Henrique Gomes

Luiz Felipe de Oliveira
Bacelar

DISTRIBUIDORES:
Andrews de Andrade
Faustino

Antônia Valéria Lins e Silva
Cristiane dos Santos
Jonathan Ribeiro Da Cruz
Larissa Oliveira
Luana Cristina Alves
Lucas Frederico Brandão
Leonardo da Silva
Marcela Ferreira Silva Gomes
Thuany Vieira Nascimento
Valdemir Gomes da Cunha
Júnior
Yasmim Emmanuel Duarte

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Edu Carvalho
Flávia Veloso
Hélio Euclides (Mtb 29919/RJ)
Thaís Cavalcante (Mtb 35270/RJ)

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes
Elisângela Leite
Matheus Affonso

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infogloblo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda por email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Como meninas e mulheres se relacionam com as mudanças climáticas?



STEFANY SILVA

Com a proximidade do Dia Nacional de Conscientização sobre Mudanças Climáticas (16/03), mulheres se articulam para lidar com essas questões

MARIANE RODRIGUES E LORENA FROZ
Mobilizadoras territoriais no projeto *Maré Verde*, da Redes da Maré.

Existem diversas frentes possíveis de enfrentamento à crise climática e, por sorte ou cuidado de Gaia, temos mulheres que são referência para o ativismo climático. E assim como expoentes nacionais e internacionais, muitas meninas mareenses seguem os passos de suas iguais, das mulheres mais velhas, dos saberes partilhados com quem amam. Cada uma com seu jeito particular de lutar e se expressar, todas têm um objetivo em comum: tentar minimizar problemas causados pelas mudanças climáticas.

Vanessa Nakate, 24 anos, jovem de Uganda que esteve no Fórum Econômico Mundial de 2020, é uma das maiores referências em ativismo climático quando pensamos nos impactos dessas mudanças nas populações negras. Seu trabalho começou em 2018, quando entendeu que as maiores temperaturas vinham de seu próprio país.

No Brasil, duas mulhe-

res nos aproximam do mundo, Os passos cariocas de **Cris dos Prazeres** vêm de longe. A partir do projeto Reciclação e outras relações com os movimentos sociais, luta por um mundo mais justo, mais empático e com jovens, meninas e mulheres mais confiantes para realizarem seus sonhos e construir mundos melhores.

Em Salvador, **Eliete Paraguassu**, 40 anos, representa a luta pela preservação das águas e igualdade de gênero e racial. De uma comunidade quilombola, começou lutando para que as águas do entorno da Ilha da Maré não fossem poluído pela indústria química.

Ambas discutem racismo ambiental, e esse eixo é mais um dos que temos em comum, quando pensamos nos desafios que enfrentamos aqui na Maré.

A ação do humano no mundo

Já ouviu falar da hipótese de Gaia? Criada por James Lovelock em 1979, ela diz que a Terra seria um imenso organismo

vivo, autossuficiente e que se autorregula. Dessa forma, os organismos vivos controlariam os não vivos, trazendo equilíbrio para o nosso planeta.

Apesar da resiliência, tudo tem um tempo de restauração e maturação para voltar ao normal. Quando o ser humano começou a explorar e extrair intensamente recursos da natureza, interferiu diretamente nesse tempo de recuperação, fazendo com que hoje tenhamos que lidar com uma crise climática que é real e nos afeta.

Um exemplo é o aumento da temperatura que ocorre, dentre vários motivos, por causa da alta concentração de gases na atmosfera. No Brasil, 58% dessas emissões são provenientes de queimadas e desmatamento, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Na Campanha *Climão*, aprendemos que, seja pela ação humana ou não, essas mudanças estão diretamente relacionadas com a emissão de poluentes na atmosfera que ajudam a

aumentar a temperatura do planeta. É um calor que não tem quem “guente”! Mas a questão ainda vai muito além disso. Essas mudanças acarretam catástrofes ambientais, crise de falta de água, queimadas, extinção de animais e muitos outros problemas.

A energia feminina que gira com o mundo

A nossa questão diária é sobre como conseguimos, enquanto mulheres e faveladas, nos entender neste mundo e criar estratégias e ferramentas de enfrentamento para problemas que surgem a todo momento. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer às *Helens, Stéfany, Julies, Suelems, Leonas, Brainers, Marias, Júlias, Fernandas, Julianas, Lucindas* e tantas outras que nos constroem, tecem as histórias da Maré e trazem o aconchego de saber que nunca estaremos sós!

Esperamos que você consiga perceber as suas sutilezas e enxergar algo semelhante nas finas raízes das plantas espalhadas pelo território. Que se veja em uma árvore que murcha com um sol que também machuca sua própria pele quando vai trabalhar, e até mesmo que se veja mais vezes no espelho d'água da Baía de Guanabara e encontre algumas soluções para suas dores e as das águas diante de você.

Acompanhe a Campanha *Climão* nas redes sociais da Redes da Maré para encontrar caminhos para se conectar e se reconhecer nos perfis de algumas pessoas que acreditamos que, acreditamos, possam inspirar você.

A (In)Segurança Pública que mata

Edição do *Boletim de Direito à Segurança da Redes da Maré* revela que operações policiais não são sinônimos de segurança



DOUGLAS LOPES

Articulação popular pela aprovação da ADPF das favelas teve forte impacto nos números de segurança pública na Maré

DANIELE MOURA

“Ela estava feliz da vida. Não só ela, como eu e a família toda. Meu netinho ia morar comigo”. A ansiedade pela chegada do bebê era enorme na família de Maiara Oliveira da Silva, como relatou **Alberon Sales da Silva**, o pai da jovem, ao jornal *O Globo* em 29 de outubro do ano passado. Os parentes estavam se organizando para custear o exame que revelaria o sexo do bebê, mas este sonho foi interrompido. Maiara, de 20 anos, moça alegre e comunicativa, perdeu a criança que esperava durante uma operação policial na Maré. Como o dela, inúmeros outros sonhos são interrompidos pelas ações e operações equivocadas nas periferias e favelas brasileiras.

Desde 2017, a partir de monitoramento dos confrontos armados no território, **houve 78 mortes decorrentes das 112 operações policiais que aconteceram na Maré**. São 78 vidas perdidas por uma lógica bélica da segurança pública que não tem trazido resultados na diminuição de crimes, segundo a 5ª edição do *Boletim de Segurança Direito à Segurança Pública*

da Maré, levantamento feito pelo projeto *De Olho na Maré*, da Redes da Maré.

Essa tese também é defendida pelo sociólogo e cientista social **Daniel Hirata** que, juntamente com a pesquisadora **Carolina Christoph Grillo**, lançou uma pesquisa inédita sobre o número de operações policiais realizadas no estado entre 1989 e 2018 – uma estatística que não é produzida pelos órgãos oficiais. Segundo Hirata, que é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais (GSO-UFF), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF) da Universidade Federal Fluminense, as operações policiais não impactam na diminuição dos crimes contra a vida nem contra o patrimônio.

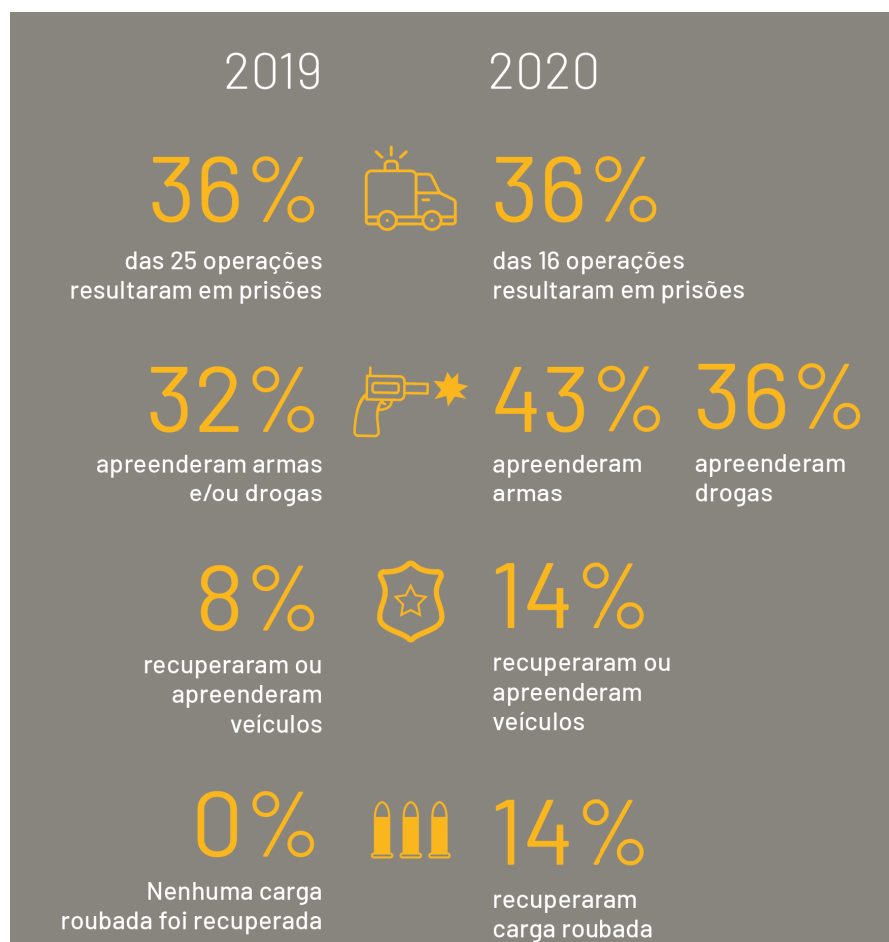
“A segurança pública deveria ser um serviço público de garantia de vida oferecido pelo Estado, como educação e saúde. Acontece que, por uma série de razões relacionadas a poderosos grupos políticos e econômicos do nosso estado, isso tem sido deturpado

em prol do interesse dessa minoria que, por exemplo, se sente afetada pelos roubos de cargas. Esse tipo de operação, mesmo que para atuação patrimonial, não é eficiente”, observa.

Segundo ele, mesmo existindo dados específicos de onde e quando acontecem os roubos de cargas, os policiais são guiados por outra lógica. “Eles atuam fazendo pressão sobre os supostos criminosos: não agem onde os crimes acontecem, mas

onde eles acham que os bandidos moram, que seria supostamente nas favelas. Com isso, a ineficiência das operações é muito grande porque não está assentada em dados e evidências. Esse é um grande problema, que causa alta letalidade e pouquíssimo efeito no combate ao roubo de cargas, por exemplo.”

Dados das assessorias de comunicação das polícias civil e militar ajudam a confirmar a tese do pesquisador e as evidências do levantamento da Redes da Maré. Das 25 operações policiais que ocorreram na região em 2019, em 32% houve apreensão de armas e/ou drogas. Já a partir de junho de 2020, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que as operações somente poderiam ocorrer em casos de extrema excepcionalidade e sempre monitoradas pelo Ministério Público, em 43% das 16 operações ocorridas na Maré houve apreensão



frequência superior ao mesmo período em 2018 e 2019.

ADPF das Favelas

Foi neste contexto pandêmico que medidas judiciais romperam a lógica das operações policiais como solução para o problema da segurança pública no Rio. Assim como aconteceu em 2017 – com a Ação Civil Pública (ACP) da Maré, que determinou medidas protetivas nas ações policiais –, em junho de 2020 outra decisão levou à diminuição dos impactos negativos da política de confronto. O ministro do STF **Edson Fachin** determinou a suspensão da realização de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante o período de pandemia, salvo em casos excepcionais devidamente relatadas e acompanhadas pelo Ministério Público.

Para que ocorram, devem ser adotadas medidas que não exponham a população a risco ainda maior nem impeçam a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de



16 OPERAÇÕES POLICIAIS

REDUÇÃO DE 59% EM RELAÇÃO A 2019, PRINCIPALMENTE POR CAUSA DA DETERMINAÇÃO DO STF EM LIMINAR À ADPF 635



26 FERIDOS POR ARMA DE FOGO

17 pessoas foram feridas em operações policiais e 09 pessoas em confrontos entre os grupos armados.



19 MORTES POR ARMA DE FOGO

Redução de 61% do total de mortes na Maré, desde 2019.

de armas e em 36%, de drogas. Ou seja, em 2020, mesmo com número menor de operações, mais material foi apreendido, o que mostra que a eficácia (e a eficiência) de uma política de segurança pública não está no número de operações feitas.

Em contrapartida, essas ações da polícia, que deveriam proteger a população local, deixaram um rastro de abusos de autoridade e violações de direitos contra pessoas que não têm acesso a direitos básicos para enfrentar as injustiças que sofrem. Na Maré, assim como nas periferias brasileiras, não existem investigações; perícias e averiguações não são realizadas; oficiais de justiça não cumprem mandados e medidas cautelares não são respeitadas. Na cidade do Rio de Janeiro, 22,3% de seus habitantes moram em favelas, vivem nesse cenário de maior violência e convivem com o crescimento desse modelo bélico, militarizado e ineficiente de segurança pública.

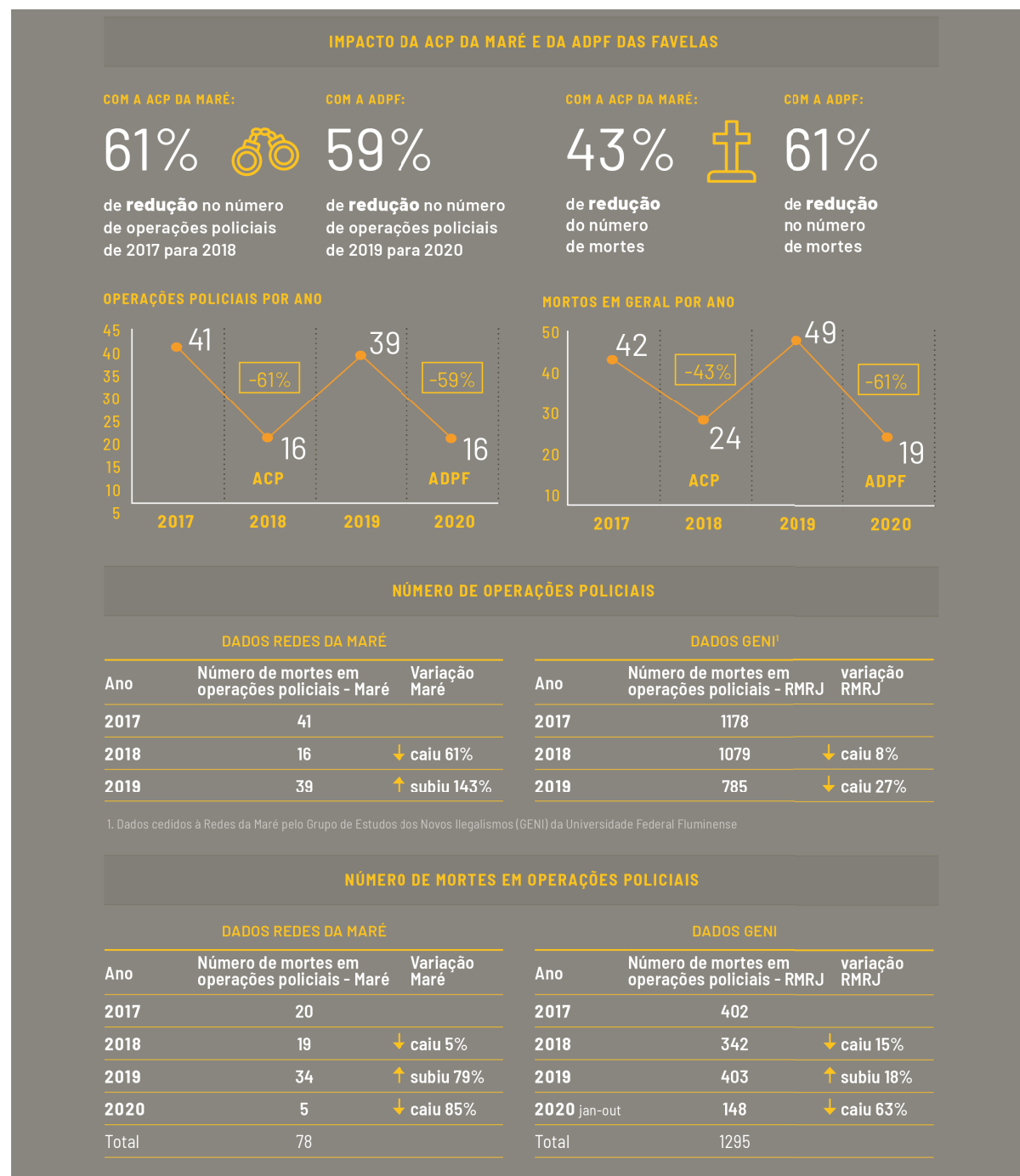
“Eventualmente, pode haver a necessidade de uma operação policial. O problema está numa política de segurança pública baseada apenas nisso. Elas constam nos manuais das polícias como algo excepcional, mas acabaram virando rotina. Esse é o grande problema: não temos uma polícia investigativa que busque solucionar os crimes. Isso termina por criar efeitos deletérios sobre a vida dos moradores de favelas,” completa Hirata.

Operações na pandemia

A pandemia afetou drasticamente a população de favela e de periferias, escancarando as desigualdades históricas enraizadas nesses territórios. Desde o início das medidas de restrição, moradores e instituições da Maré denunciam o descaso do poder público frente às dificuldades do acesso a direitos indispensáveis para o controle da pandemia, como a falta de equipamentos nos serviços de saúde; pre-

cariedade no fornecimento de água; ineficiência da política de assistência social para garantir o direito ao isolamento; falta de uma política pública de segurança alimentar durante a emergência sanitária e ações da política de segurança pública que contrariam as orientações de prevenção ao vírus.

Entre março e abril, período no qual o número de casos na cidade (e, particularmente, na Maré) quase alcançou o primeiro pico de contaminação pela covid-19, foram realizadas cinco operações policiais nas favelas da região,





3 DIAS COM ATIVIDADES SUSPENSAS NAS ESCOLAS

(enquanto havia aulas presenciais)

Mesmo com aulas remotas, por conta da pandemia, os estudantes da Maré seguem sendo afetados por ações policiais em suas respectivas favelas de residência.



8 DIAS COM ATIVIDADES SUSPENSAS NAS UNIDADES DE SAÚDE

Com um dia de operação, 110 testes deixaram de ser realizados no Centro de Testagem da Maré e 100 cestas básicas deixaram de ser entregues no âmbito da campanha "Maré Diz NÃO ao Coronavírus".

atividades de ajuda humanitária realizadas por moradores e organizações que atuam nesses territórios. Essa decisão foi tomada liminarmente, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) 635, chamada de "ADPF das Favelas" e protocolada em novembro de 2019.

Essas vitórias são frutos da mobilização dos moradores de favelas, das organizações e dos movimentos sociais que atuam na Maré. **Shirley Rosendo** é coordenadora do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, mora no território desde que nasceu e sabe da importância dessa luta: "Temos que celebrar e continuar insistindo na ACP e na ADPF, pois são esses instrumentos jurídicos, junto à força dos moradores, que podem vir a tornar possível e real o pleno exercício de direitos, seja ele segurança ou qualquer outro."

Os dados de 2020 confirmam os impactos favoráveis da decisão do STF na vida da população mareense. Em 2019, foram registradas 39 operações policiais na Maré, um aumento de 144% em relação a 2018. Porém, com a suspensão das operações durante a pandemia, houve uma **redução de 59% neste número**, passando de 39 para 16 em 2020. Ainda que tenham sido registradas cinco mortes e 17 pessoas feridas por arma de fogo, houve, segundo o Boletim, uma diminuição de 85% no número de mortos em operações policiais em relação a 2019. Um saldo de 29 vidas mareenses salvas.

Impactos na Educação e Saúde

Em 2020, as escolas suspenderam as atividades por três dias no primeiro bimestre do ano letivo por conta de operações policiais (antes das medidas de restrições impostas pela pandemia e da substituição das aulas presenciais por aquelas online).

Das 16 operações em 2020, cinco aconteceram durante a pandemia. Essas ações, além de inviabilizar o isolamento dos moradores, fez com que os agentes do Estado descumprissem as orientações para evitar a disseminação do vírus, provocando aglomerações e invadindo residências sem o uso de

equipamentos de proteção mínima, como máscaras. Foram cinco dias de interrupção da distribuição de cestas de alimentação e kits de higiene pela Campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus*, da Redes da Maré; além disso, em apenas um dia, 110 testes deixaram de ser feitos no Centro de Testagem da Maré.

Outro impacto grave é a suspensão do atendimento médico nas unidades de saúde. De 2017 a 2020, a Redes da Maré registrou **79 dias sem atividades nas sete unidades de saúde por conta de operações policiais na Maré**. Em 2019, elas ficaram fechadas por 25 dias, o que resultou em 15 mil atendimentos que deixaram de ser realizados. Em 2020, com a diminuição das operações, as unidades de saúde não funcionaram por oito dias

– uma redução de 68%. Comparando-se os dados, pode-se estimar que as unidades de saúde da Maré realizaram **10.200 atendimentos** a mais apenas por não terem sido fechadas durante as operações policiais. Em meio à crise mundial desencadeada pela covid-19, esse dado tem extrema importância.

Violações identificadas

Em 2020, apesar da redução do número de mortes, o perfil das vítimas não mudou em relação a 2019: 100% eram jovens identificados como pretos ou pardos. Das cinco mortes registradas em 2020, todas foram de homens, de 20 e 24 anos.

O projeto também registrou 35 invasões a domicílio, 12 casos de danos ao patrimônio, 12 de violência verbal, 11 de ameaça, oito de violência psicológica, seis de violência física, três de assédio sexual, seis subtrações de pertences, duas denúncias de cárcere privado e um caso de tortura. Um total de 96 casos de violações que vitimaram diretamente 48 moradores da Maré em 16 dias de operação policial. É importante frisar que esses números são apenas aqueles que o *De Olho na Maré!* registrou.



Todos os 5 mortos em 2020 seguem o perfil: **homens, negros, a maioria com 20 a 24 anos.**

MÊS	OPERAÇÕES POLICIAIS	PESSOAS MORTAS	PESSOAS FERIDAS	DIAS DE AULAS SUSPENSAS	DIAS DE ATIVIDADES SUSPENSAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
JANEIRO	2	1	2	0	1
FEVEREIRO	3	3	2	1	1
MARÇO	3	1	5	2	2
ABRIL	2	0	0	0	1
MAIO	1	0	0	0	0
JUNHO	1	0	3	0	1
JULHO	1	0	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0	0
OUTUBRO	1	0	2	0	1
NOVEMBRO	1	0	3	0	0
DEZEMBRO	1	0	0	0	1
Total	16	5	17	3	8

Sou uma árvore bonita

Desafios e perspectivas de ser uma mulher negra na contemporaneidade



PÂMELA CARVALHO

Educadora, historiadora, gestora cultural, comunicadora, pesquisadora ativista das relações raciais e de gênero e dos direitos de populações de favelas. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É coordenadora do eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades da Redes de Desenvolvimento da Maré. Moradora do Parque União, no Conjunto de Favelas da Maré.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher?

Em 1851, **Sojourner Truth** proferiu o discurso que ficou conhecido como “E eu não sou uma mulher?” durante a *Women's Convention* (Convenção de Mulheres) em Akron, Ohio (EUA). Na fala, ela expôs que o tratamento dado às mulheres afro-americanas era bem diferente daquele oferecido para brancas. Porém, o cenário vigente nos Estados Unidos do século XIX não difere muito do que percebemos hoje no Brasil.

Em 2008, a cientista social **Ana Cláudia Lemos Pacheco** escreveu um tra-

balho que marcou os estudos sobre gênero e relações raciais no Brasil: *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*.

A tese de doutorado discute os significados de solidão e percebe um “excedente” de mulheres negras solitárias, quando comparadas a mulheres brancas. Essa solidão diz respeito à ausência de parceiros afetivos ou de relações afetivo-sexuais estáveis.

A cientista social e ativista fala sobre dois papéis sociais que são impostos a mulheres negras em relação a brancas. A estas, estaria reservado o casamento, uma instituição carregada de dignidade e de valores familiares. Já para as mulatas (as negras de pele clara, muitas vezes oriunda de processos de miscigenação) foi construído historicamente o lugar da hipersexualização.

A terceira figura a quem o título da tese remete é a mulher negra – de pele escura. Esta ficou relegada ao local do trabalho doméstico, braçal, resquício dos hábitos escravistas de uma sociedade patriarcal e racista. A personagem Tia Anastácia, que povoa o imaginário nacional a partir das obras de Monteiro Lobato, nos ajuda a compreender a figura dessa mulher: empregada que é “quase da família”, mas não tem direitos básicos.

Feito esse caminho, temos um chão mais firme para pensar desafios e perspectivas

contemporâneas ligadas às mulheres negras. Esse histórico nos ajuda a compreender algumas das dificuldades enfrentadas e a traçar estratégias de superação.

De acordo com a pesquisa de 2018 *Estatística de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil* do IBGE, observando graduados a partir de critérios de raça e cor entre 25 e 44 anos, temos: 23,5% de mulheres brancas e 10,4% de mulheres negras; 20,7% de homens brancos e 7% de homens negros. Há 2,3 vezes mais mulheres brancas chegando ao fim de cursos de graduação do que mulheres negras.

Começarei a pensar a contemporaneidade a partir de mim mesma. Sou Pâmela Cristina Nunes de Carvalho. Neta de dona Aparecida e do sr. Valdir. Filha de Roberto Carvalho e Vânia Maria (respectivamente, segurança e merendeira). Sou fruto de uma família negra, que acreditou na educação como mudança de narrativa. Assim, a filha da merendeira e do segurança se tornou mestra em Educação em uma das mais renomadas uni-

versidades públicas do país e, atualmente, é coordenadora em uma das mais importantes organizações da sociedade civil no Rio de Janeiro.

Eu sou literalmente “o sonho mais bonito das minhas ancestrais”, como ouvimos falar. E a minha existência, assim como a de outras jovens negras, é a materialização do sonho, outro direito negado historicamente às mulheres negras.

Somos árvores bonitas, como canta Luedji Luna. Temos raízes fincadas na terra e galhos que nos conectam umas às outras enquanto mulheres negras. Nossa semente foi plantada em uma terra marcada pela escravidão, pelo machismo e pelas desigualdades. Isso se reflete em números que apresentam avanços mínimos quando falamos de direitos e poder para mulheres negras. Mas ainda assim avançamos. Entendo que a educação e a arte nos permitem trilhar caminhos mais serenos para que, assim como Sankofa, possamos seguir em frente tendo como base as dores que nos forjaram fortes, mas também a genialidade que nos tornou invencíveis.



Parte da ala de mulheres da minha família, no Morro do Juramento nos anos 1980

Na luta pela educação

Pesquisa sobre ensino e pandemia mostra dificuldades

ANDRÉIA MARTINS E THAÍS CAVALCANTE

“É uma sensação de abandono pela educação, sensação de um ano perdido (...). Isso não foi pensado para uma criança de favela”, diz a mãe de uma aluna de 12 anos, moradora de uma das favelas da Maré. O desabafo resume o desafio que estudantes, famílias, professores e escolas do território enfrentaram em 2020, principalmente quando se deu a suspensão das aulas presenciais por causa da pandemia. O depoimento está na pesquisa *Educação de meninas e COVID-19 no Conjunto de Favelas da Maré*, levantamento feito com mais de mil participantes para entender como se deu o estudo e o acompanhamento de atividades pedagógicas ao longo do último ano.

Foram ouvidas meninas a partir dos seis anos, matriculadas em escolas de ensino regular ou em projetos educacionais das 16 favelas do território. O projeto teve a liderança da educadora e pesquisadora

Andréia Martins, diretora da Redes da Maré e atuante no eixo de Educação. Representando a ONG, ela foi uma das 22 pessoas selecionadas em todo o mundo para participar da Rede de Ativistas da Educação do Fundo Malala para uma Educação Campeã (*Malala Fund Education Champion*) e garantir que as escolas possam repor os dias perdidos por conta da violência armada cotidiana.

“Ter o Fundo Malala nos apoiando faz parte do histórico da instituição em promover a educação e trabalhar com meninas, dessa preocupação de gênero e a importância da mulher em todas as lutas. As redes de ensino precisam estar atentas a isso e compensar, de alguma maneira, esses dias perdidos. Um dia sem aula não quer dizer que no dia seguinte esteja tudo bem. Só a partir da identificação dessas situações que podemos buscar formas de garantir o acesso à educação”, disse ela.



Além de analisar o impacto da pandemia no ensino de meninas e mulheres da Maré, a pesquisa também...

A pesquisa revelou que houve demora da rede municipal de Educação em encontrar uma solução para as famílias que não tinham fácil acesso à internet. Para resolver esse e outros problemas, foram feitas reuniões, para entender as diferentes situações, entre escolas e as secretarias municipal e estadual de Educação.

A partir dos dados coletados, foi apresentada uma proposta à Prefeitura para aumentar o número de meninas matriculadas e diminuir a evasão escolar. Uma das possíveis soluções seria realizar campanhas comunitárias para incentivar as famílias a garantir a educação das filhas. Andréia também destaca como o cenário da educação mareense é diferente daquele encontrado nos outros bairros do Rio: “Não há problema no número de vagas oferecidas, mas na permanência das crianças na escola e na qualidade da educação oferecida. Por exemplo, nossos colégios fecham mais cedo por causa da possibilidade de conflitos”.

Além de acompanhar de perto a realidade local, Andréia integra a Rede de Ativistas pela Educação Brasil, o que permite que ela tenha contato com a realidade de

COMO PODEMOS, JUNTOS, GARANTIR UM FUTURO EDUCACIONAL PARA ESSAS MENINAS? CONFIRA AS RECOMENDAÇÕES:

- ✓ Exigir das concessionárias de telefonia facilidade de acesso à internet de qualidade;
- ✓ Criar alternativas pedagógicas para estudantes sem acesso à internet;
- ✓ Garantir que os conteúdos de 2020 sejam ensinados ou recuperados em 2021;
- ✓ Definir políticas educacionais que apoiem educadores na garantia do direito à educação;
- ✓ Investir na formação de professores para melhor atuação durante a pandemia;
- ✓ Criar uma articulação entre as redes de ensino municipal e estadual;
- ✓ Promover a busca ativa de estudantes que estão fora da escola, identificando e resolvendo os problemas que impedem sua participação nas atividades remotas, híbridas ou presenciais;
- ✓ Instalar dentro da Maré um escritório da IV Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

de meninas mareenses

uldade de se acompanhar o ano letivo de casa



Maré, o levantamento também pensa em possíveis soluções para questões educacionais de todo o território

outros países (Afeganistão, Etiópia, Índia, Líbano, Nigéria, Paquistão e Turquia) e participe de encontros de formação e programas de capacitação. No Brasil, o Fundo Malala apoia sete instituições de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Evasão escolar

Os números da Maré são o reflexo de um cenário muito maior, e em diversos níveis. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre as mais de 50 milhões de

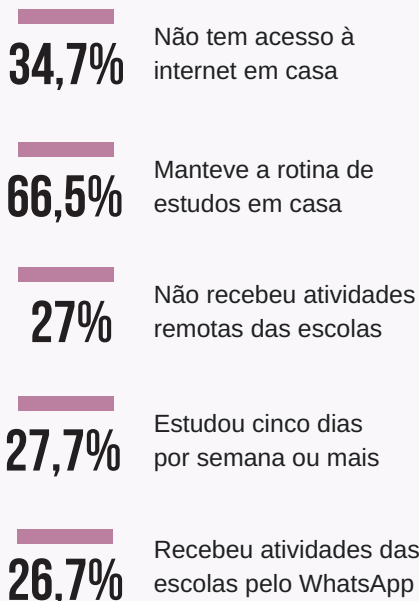
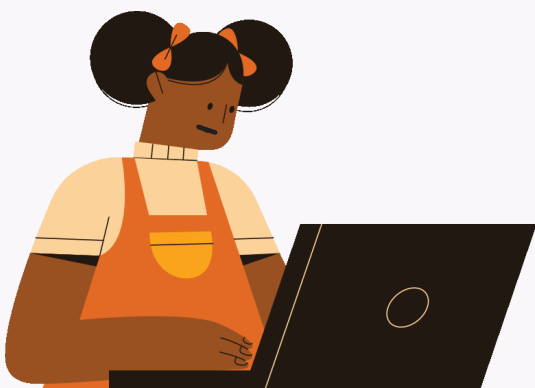
peças de 14 a 29 anos do Brasil, 10,1 milhões não completaram a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), seja por nunca terem frequentado a escola ou pelo abandono dos estudos.

Os principais motivos para a evasão escolar são a necessidade de trabalhar (39,1%) e falta de interesse (29,2%). Já no caso das mulheres, a gravidez (23,8%) e ser responsável pelos afazeres do lar (11,5%) são fatores determinantes para não irem à escola.

A questão racial pesa nos números. Em 2019, o percentual de pessoas brancas analfabetas de 15 anos ou mais era de 3,6%; a de pessoas negras da mesma faixa etária era de 8,9%.

De acordo com o Censo Maré (2019), 53,47% de seus habitantes não completaram o ensino fundamental. Já a taxa de analfabetos entre pessoas a partir de 15 anos corresponde a 6% da população; das 6.302 pessoas que não sabem ler e escrever, mais da metade é de mulheres. No território, 63% das pessoas pretas ou pardas são analfabetas.

EDUCAÇÃO DE MENINAS DA MARÉ NA PANDEMIA



QUEM É MALALA YOUSAFZAI?

A paquistanesa **Malala Yousafzai** é



uma ativista pelo direito à educação gratuita e acessível para meninas em todo o mundo. Depois de sobreviver a um atentado no Paquistão, tornou-se uma figura combativa pelo direito de meninas à educação, criando, em 2013, o Fundo Malala, uma organização internacional e sem fins lucrativos que apoia meninas e jovens mulheres em todo o mundo. Malala foi a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz. Sua trajetória já foi registrada em uma biografia, um documentário e um filme.

Redes da Maré comemora mais ano de trabalho

Fundada por moradores do território tem por objetivo trabalhar na construção de projetos que contribuam para a garantia de direitos na Maré

DOUGLAS LOPES



Organização oferece desde rodas de conversa a cursos, oficinas de formação e materiais informativos, como a cartilha do Conexão Saúde com dados sobre a covid-19 na Maré

FLÁVIA VELOSO E THAÍS CAVALCANTE

As ações e iniciativas, por aqui, são pensadas a partir de um processo que envolve produção de conhecimento, a elaboração de projetos e ações e, ainda, um trabalho de mobilização para a incidência em políticas públicas. A Associação Redes de Desenvolvimento da Maré ou Redes da Maré, tem uma trajetória longa de atuação que vem dos anos 80, quando, alguns dos seus fundadores, já atuavam nas lutas comunitárias por direitos. O dia 8 de março é o dia em que a instituição foi formalizada legalmente. É, também, o Dia Internacional das Mulheres e um dia de luta por seus direitos. “Temos muito orgulho de termos escolhido formalizar juridicamente a Redes da Maré esse dia. É uma escolha simbólica e política pela importância das mulheres nas lutas que temos na região historicamente”, comenta **Eliana Sousa Silva**, diretora fundadora da Redes da Maré.

“Em 2012, fiz um teste para a Escola Livre de Dança da Maré (ELDM), onde fiquei por seis anos. Essa for-

mação ampliou minha visão sobre o que eu queria seguir como profissão. Também me ajudou na faculdade e me deu experiência para eu me apresentar dentro e fora do país”, conta **Jeniffer Rodrigues**, hoje professora de dança. Criado em parceria com a coreógrafa Lia Rodrigues, o projeto completa dez anos oferecendo formação e atividades gratuitas (assim como todos os outros programas da instituição).

Ex-aluna do Curso Preparatório para o Ensino Médio, projeto desenvolvido pela Redes da Maré, **Lorena Froz** era frequentadora assídua da biblioteca. “Particpei de cursos dentro da Redes desde muito nova. Por isso, escolhi o preparatório. Considero os projetos que tem na Maré de extrema importância; em um país tão desigual e corrupto, eles são um dos poucos meios de acesso à cultura e ao pensamento crítico”. Lorena é uma das 4,5 mil pessoas beneficiadas por um dos projetos desenvolvidos pela instituição ao longo destes 24 anos.

Foi justamente no cami-

nho da educação que essa trajetória começou: o desafio de reverter o número muito baixo de moradores da Maré com acesso à universidade. Na década de 1990, quando o trabalho começou, menos de 0,5% da população da Maré tinha ingressado no ensino superior – percentual muito abaixo daquele registrado em áreas não periféricas do Rio de Janeiro.

Pensando nessa questão, moradores de algumas favelas do território se mobilizaram para criar um curso pré-vestibular, que funcionava inicialmente no Morro do Timbau e depois, na Nova Holanda. Desde então, a instituição vem estendendo seu trabalho para outras áreas além da educação, desenvolvendo ações que buscam, juntamente com a população local, instituições comunitárias, não governamentais, públicas, privadas e coleti-

vos, produzir conhecimento, criar cursos e promover debates e o acolhimento.

A criação de um pré-vestibular comunitário foi o primeiro passo para mostrar o potencial dos moradores da Maré na conquista do direito ao ensino superior, seja público ou privado. Desde então, o trabalho vem produzindo números cada vez mais significativos, como aponta o último Censo Maré, 3,5% dos moradores das favelas da Maré acima de 18 anos têm ou já tiveram acesso à universidade. Apenas em 2019, a associação tornou possível a aprovação de 55 moradores para o ensino superior. Na esteira da iniciativa outras surgiram, como cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Aprendemos com o tempo que, juntamente com a população da Maré, esses

“Tudo o que a Maré conseguiu de melhoria é fruto da luta dos próprios moradores e de instituições como a Redes da Maré, através da pressão local”

EDSON DINIZ
diretor da Redes da Maré



DOUGLAS LOPES

Alunos durante a aula do Curso Pré-Vestibular Redes da Maré, o CPV, em 2019

programas podem, de fato, garantir direitos básicos, além de ser uma espaço de luta fundamental para superarmos as representações negativas e preconceituosas de quem mora nas favelas. A formalização, então, aconteceu já de forma amadurecida com a experiência dos anos iniciais desse e de outros projetos. Aprendemos com o tempo que, juntamente com a população da Maré, esses programas podem, de fato, garantir direitos básicos, além de ajudarem na luta para superarmos as representações negativas e preconceituosas de quem mora nas favelas”, diz Eliana Sousa Silva, sobre seu primeiro projeto em educação.

Conquista coletiva de direitos

A luta por direitos básicos das 16 comunidades que formam a Maré vem do início de suas histórias, na década de 1940, quando havia apenas a Baixa do Sapateiro, o Parque Maré e o Morro do Timbau. Fruto de um processo de ocupação da área por migrantes em busca de trabalho (principalmente de nor-

destinos), a região, alagadiça, carecia de quaisquer serviços públicos. Seus primeiros moradores viviam em casas de madeira, sem eletricidade e água encanada.

“Quando chegava a noite, os moradores acendiam a luz em casa e a energia caía, ficávamos todos no escuro. A água era raridade; trazíamos em barris do outro lado da Avenida Brasil. Foi tudo conquistado com trabalho de formiguinha”, contou **Helena Edir**, moradora da Nova Holanda desde os anos 1980, diretora da Associação de Moradores surgida na época e uma das fundadoras da Redes da Maré.

As lutas dos moradores das seis favelas (Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau) aconteciam através da articulação comunitária em pequenos grupos: comissões foram criadas para tratar do fornecimento de energia e um grupo de mulheres se mobilizou para exigir água encanada, creche e escolas. Desse movimento é que surgiram as associações de moradores; depois,

as organizações não governamentais (ONGs) e, mais recentemente, coletivos engajados na luta por direitos.

“Tudo o que a Maré conseguiu de melhoria é fruto da luta dos próprios moradores e de instituições como a Redes da Maré, através da pressão local”, explica **Edson Diniz**, diretor da Redes da Maré.

Uma pandemia de desafios

O enfrentamento da pandemia de covid-19 exigiu mais do que o esperado pela instituição. Até o fim de fevereiro, o território, com cerca de 140 mil pessoas, era líder em casos da doença: cerca de 2,5 mil pessoas infectadas, de acordo com o *Painel Unificador COVID-19 Nas Favelas do Rio de Janeiro*.

A Campanha *Maré diz NÃO ao Coronavírus*, realizada pela Redes da Maré entre março e dezembro de 2020, firmou parcerias entre organizações e recebeu apoio de voluntários para diminuir o impacto da doença na vida da população mareense. Seis frentes de trabalho foram fundamentais para essa atuação: atendimento à população em situação de rua; segurança alimentar; acesso à saúde (direitos, cuidados e prevenção); produção e difusão de informações e conteúdos seguros; geração

de renda; e apoio a artistas e grupos culturais locais.

Foram mais de 54,7 mil pessoas atendidas diretamente; 65 mil refeições entregues para pessoas em situação de rua; mais de 17,6 mil famílias atendidas com cestas básicas e kits de limpeza e higiene. Todas as 16 favelas da Maré foram alcançadas, graças ao trabalho de 300 pessoas engajadas na campanha.

As parcerias feitas durante o período de crise sanitária foram de grande importância. Uma delas é o *Conexão Saúde – De olho na Covid*, projeto que desde agosto atua por meio de ações como telemedicina, testagem e um centro de isolamento para atenção integral que beneficia moradores da Maré e de Manguinhos. A ação é uma parceria de instituições como Centro Comunitário Manguinhos, Cruz Vermelha, Dados do Bem, Estáter, Fiocruz, Redes da Maré, SAS Brasil, Todos Pela Saúde e União Rio. O Dados do Bem, fez até o dia 08 de fevereiro 9.637 testes de covid-19 na Maré. Já a Telemedicina, realizada pela SAS Brasil, iniciou as atividades no território em julho de 2020 e, até o momento, realizou 2.592 atendimentos médicos e 1.309 psicológicos, além de identificar 610 possíveis casos de covid-19.



DOUGLAS LOPES

Desde março de 2020, a instituição atua no enfrentamento da pandemia

Você sabia? A Redes da Maré está organizada em quatro eixos de trabalho e atuação: Educação, Desenvolvimento Territorial, Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça e Arte, Cultura, Memórias e Identidades. A partir desses eixos, cerca de 45 projetos são desenvolvidos.

Conheça todos os projetos da Redes da Maré no site www.redesdamare.org.br

Reconhecimentos e premiações em 2020

- 17º Prêmio Inovare 2020** - Categoria "Destaque" pelo trabalho do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça
- Empreendedor Social do Ano 2020** - Categoria "Legado Pós-Pandemia" com a campanha Maré diz NÃO ao Coronavírus
- MALALA FUND** - Selecionada para integrar a Rede de Ativistas da Educação do Malala Fund
- Prêmio Carolina Maria de Jesus de Direitos Humanos da Alerj** com a campanha Maré diz NÃO ao Coronavírus em 2020

Basta de violência doméstica

Durante a pandemia, os números de casos aumentaram em relação ao mesmo período de 2019

ANDRESSA CABRAL BOTELHO

A violência doméstica muitas vezes é silenciada ou sequer reconhecida como agressão. O isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus provocou um aumento do número de casos, já bastante alto: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada ano 1,3 milhão de mulheres são vítimas da violência doméstica, que não é definida apenas como agressão física.

Um antigo companheiro da diarista **Jaqueline Costa**, de 62 anos, moradora do Cosmorama, em São João de Meriti, escondia seus documentos para que ela não pudesse sair de casa nos fins de semana. **Lidiane Santos**, 33 anos, de Bangu, foi coagida a ter relações sexuais com o seu ex-namorado. No Cosme Velho, a pesquisadora **Paula Pires**, de 28 anos, lembra do medo que sentia ao dizer ao ex-namorado que viajaria para congressos – era a deixa para ele acusá-la de traí-lo quando estivesse longe.

Embora sejam situações distintas, as três foram vítimas de violência doméstica e familiar, conforme a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Jaqueline, Lidiane e Paula são exemplos que mostram que a violência doméstica pode atingir mulheres de quaisquer idades, raças e classes sociais, e de formas diferentes. E mesmo que a lei exista há quase 15 anos, ainda é pouco conhecida e, por isso, poucos sabem como se combate a violência doméstica e onde buscar ajuda.

A psicóloga e moradora do Parque União **Carmem Costa** já atendeu pacientes que foram agredidas. Segundo ela, o tema é complexo porque grande parte das mulheres não conhece a fundo a lei e não percebe que foi vítima de violência doméstica: “Quando me deparo com indícios que evidenciam um caso de violência doméstica, vou cutucando e fazen-



do a pessoa se questionar o que está acontecendo”, explicou.

Segundo a psicóloga, apesar de hoje este ser um assunto bastante debatido, é difícil para a mulher romper o ciclo da violência que a vítima. “É uma situação muito delicada; existem diversas situações que fazem com que a pessoa permaneça em um relacionamento abusivo, como vergonha ou dependência emocional, financeira ou familiar – isso acaba prendendo a mulher na relação. Não dá para usar um protocolo padrão para avaliar os tipos de violência porque há uma série de sutilezas em cada caso”, observou a psicóloga.

“Ele só fica agressivo quando bebe”, “ele age assim, mas é um bom pai” ou “ele é trabalhador e sustenta a casa” são algumas das justificativas que Carmem já ouviu de pacientes.

Quando isolamento se torna um risco

O isolamento em casa se mostrou como a medida mais segura e eficaz para evitar a transmissão do vírus da covid-19; porém, a medida agravou a situação de mulheres que já eram vítimas de violência doméstica – elas passaram a conviver em tempo integral com os seus agressores. Essa si-

tuação não é exclusiva do Brasil. Na Itália, por exemplo, foram registradas 1.039 denúncias telefônicas entre 1º e 18 de abril de 2020, frente às 397 denúncias no mesmo período de 2019, segundo **Elena Bonetti**, ministra da Família e da Igualdade de Oportunidades daquele país.

O QUE SERIA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER?

A violência doméstica se apresenta de diversas formas. De acordo com a Lei Maria da Penha, ela se caracteriza como:

VIOLÊNCIA FÍSICA

CONDUTA QUE OFENDE E ATINGE A INTEGRIDADE OU SAÚDE CORPORAL.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

CAUSA DANOS NO PSICOLÓGICO E AUTOESTIMA ATRAVÉS DE INSULTOS, CHANTAGENS, CONSTRANGIMENTOS, MANIPULAÇÃO ENTRE OUTROS.

VIOLÊNCIA MORAL

CONDUTAS DE CALÚNIA, DIFAMAÇÃO OU INJÚRIA CONTRA A MULHER.

VIOLÊNCIA SEXUAL

PARTICIPAÇÃO SEXUAL ATRAVÉS DE AMEAÇA OU USO DA FORÇA, IMPEDIMENTO DE USO DE CONTRACEPTIVOS, ENTRE OUTROS.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

POSSE E/OU DESTRUIÇÃO DE BENS, DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS DE TRABALHO.

No Brasil, os casos de feminicídio aumentaram 22% em 12 estados brasileiros nos dois primeiros meses de pandemia, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Também houve nesses estados um aumento de 3,8% nas ligações feitas ao 190, número de emergência da Polícia Militar, para sinalizar situações relacionadas a violência doméstica. Diante dessa situação, foi sancionada a Lei nº 14.022/2020 que prevê, durante a pandemia, o enfrentamento mais severo à violência doméstica que vítima não apenas a mulher, como também crianças, idosos e pessoas com deficiência.

A emergência sanitária que atinge o mundo também seria a causa da diminuição do número de denúncias

nas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), tendo em vista a dificuldade de a denúncia ser feita pessoalmente, ou o receio de a mulher ser pega entrando em contato com as autoridades para notificar a violência sofrida. Enquanto houve um crescimento nas ligações para o 190, registros de ameaça, lesão corporal dolosa e estupro tiveram uma redução de -15,8%, -9,9% e -11,8%, respectivamente, ainda de acordo com o relatório. Entretanto, a internet tornou-se um canal no qual o problema aflorou com força: entre fevereiro e abril de 2020, a expressão “violência doméstica” foi mencionada 5.583 vezes no Twitter (53% entre 20h e 3h).

As maiores vítimas da violência doméstica são mulheres, majoritariamente negras. “Quando fazemos a separação por raça e cor, percebemos que racismo e sexismo andam de mãos dadas”, destaca a coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), **Flávia Nascimento**. Das mulheres agredidas por parceiros em 2019, 52,2% delas eram negras e 45,5%, brancas. A proporção se repete nos casos de homicídio doloso (em que há a intenção de matar): 59% das vítimas eram mulheres negras e 33%, brancas, segundo a edição referente àquele ano do *Dossiê Mulher*, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ).

Só uma espiadinha

Uma prática bastante comum entre os usuários de redes sociais é o *stalking*, ou perseguição obsessiva. O que, para uns, é apenas um meio bobo de saber o que outras pessoas fazem buscando informações em suas redes sociais, para o stalker é uma forma de controlar alguém, sem estar presente fisicamente.

Após o término da relação, no início de 2019, Paula Pires percebeu que o seu ex passara a frequentar os mesmos lugares que ela, o que a incomodou: “Antes de terminarmos, ele não gostava desses locais. Sabendo que eu estaria lá, ele passou a forçar esses encontros, o que

me deixou incomodada e sentindo que minha liberdade estava sendo cerceada. Cheguei a deixar de ir a certos locais para não ter o desconforto do encontro”. A pesquisadora contou também que, se ele costumava mandar mensagens para ela, com a pandemia passou a acompanhar os stories do Instagram, mesmo não se seguindo mais nas redes.

O que muitos não sabem é que a prática de *stalking* é uma contravenção penal e prevê pena de 15 dias a dois meses de reclusão. Em dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1369/19, que penaliza o praticante com seis meses a dois anos de detenção ou multa. Caso o autor seja íntimo da vítima e haja uso de armas durante a perseguição, a pena pode aumentar para até três anos. Desde que percebeu essa postura de seu ex, Paula passou a registrar as investidas para fazer um registro de ocorrência na DEAM.

Onde buscar ajuda

O estigma, a vergonha e o silenciamento são algumas das razões da violência doméstica ainda ser subnotificada. As vítimas que resolvem buscar a lei precisam driblar inúmeras barreiras, como a recusa da polícia em entrar em certas localidades e o perigo que denunciar a violência sofrida representa para a vida de mulheres moradoras de favelas e periferias. “Existem serviços que podem orientar essas mulheres, como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher e o Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas da Violência (NUDEM), da Defensoria Pública do Rio, onde recebem orientações, conhecem as alternativas que têm e o que pode ser feito para que elas não se calem. E quando a gente diz ‘calar’, não é denunciar o agressor e sim, buscar orientação”, destaca Flávia Nascimento durante o curso *Garantias Legais*, ofertado pela Ouvidoria da Defensoria do Rio.

Para a defensora pública, o mais importante desses espaços não é incentivar a denúncia e sim, fornecer orientação para que a vítima tenha autonomia ao tomar suas decisões, além de oferecer acompanhamento sociojurídico e psicossocial.

CICLO DA VIOLÊNCIA

Identificado pela psicóloga norte-americana Lenore Walker

AUMENTO DE TENSÃO



Aumento de tensão: quando surgem os momentos de raiva, insultos e ameaças. A mulher tende a justificar as atitudes do companheiro e o relacionamento fica instável.

Ato de violência: quando o agressor explode e acontecem atos de violência física, psicológica, moral e patrimonial. A mulher sente medo, dor, vergonha.

Lua de mel: após a explosão, o agressor se mostra arrependido e diz querer mudar de postura. A mulher se sente mais feliz com a promessa da mudança até que o ciclo recomece.

A união delas faz a força

Conheça a atuação de alguns coletivos de mulheres presentes no território mareense

THAÍS CAVALCANTE E ANDRESSA CABRAL BOTELHO

O mar de gente espalhado pelas 16 favelas da Maré mostra uma característica marcante no território: o número de mulheres é maior que o de homens. Elas são quase 71 mil, enquanto eles somam 68 mil, segundo levantamento do Censo Maré de 2019. Acompanhando essa maioria, os coletivos formados e liderados por mulheres se destacam não apenas pela luta histórica na conquista de direitos, como também pelo protagonismo na ocupação de espaços, em iniciativas e na produção de narrativas sobre o território. Mostram que, seja na temática racial, cultural, artesanal ou feminista, a busca pela união e empoderamento dessas mulheres é a mesma.

Quem cria narrativas como forma de fortalecer a população através da comunicação é a **Amarévê**, coletivo feminino produtor de conteúdo tocado por dez mulheres negras. Uma delas é a gestora criativa **Karina Donaria**, moradora do Parque União. Ela garante que esse trabalho vai além da produção: é uma narrativa afetiva com uma potência muito forte porque conecta jovens mulheres a partir de seu lugar de vivência. “É o caminho pra gente se juntar e enfrentar questões que fazem parte da vida da mulher, como o machismo. Temos mania de dizer que somos uma grande família”, conta. O produtor de conteúdo e dançarino **Raphael Vicente** também pode ser visto



Frente da soberania alimentar: produção de quentinhas diárias no projeto Maré de Sabores nos conteúdos produzidos pelo coletivo. Ele é o único homem que participa eventualmente.

Tão importante quanto informar é debater. Para levantar temas relacionados a gênero, luta e raça, a **Casa Preta da Maré Itinerante** ocupa espaços como a Lona Cultural Herbert Vianna e o Centro de Artes da Maré, trazendo em suas produções grandes personalidades locais e de outros territórios periféricos. Já o projeto **Mulheres Ceramistas da Maré**, da Vila do João, estimula mulheres da terceira idade que vivem em vulnerabilidade social à aprendizagem artesanal da cerâmica negra, promovendo a partir do trabalho a prática do autocuidado e o empreendedorismo. Durante a pandemia, o coletivo criou um curso online para ensinar, gratuitamente, a fazer uma peça em argila.

Quem atua diretamente para a promoção de acolhimento e fortalecimento de práticas de autonomia, saúde e colaboração para mulheres pretas e faveladas é o **Espaço Casulo**. Entre serviços e cuidados, ele oferece a Roda de Gestantes da Maré, que apoia mulheres até o parto.

Outro coletivo necessário dentro da favela é a **Coletivona**, grupo de mulheres da cultura e de múltiplas formações

que realiza encontros, oficinas online e outras ações para o empoderamento feminino, com reuniões no Museu da Maré. A artista **Natasha Corbelino**, idealizadora do projeto, chegou até a Maré a partir de Gizele Martins, jornalista e moradora do território que também integra o grupo.

Natasha admite que o coletivo surgiu do seu desejo por um movimento que fizesse as mulheres se conectarem mais. “O recorte de gênero aconteceu para potencializar o modo como nós, mulheres, estamos no mundo. Recortar para agirmos sem corte, inteiras em nossas potências, em nossos movimentos para que encontros e conversas aconteçam com multiplicidade e direitos respeitados”. Ela completa, ainda, que o grupo tem a cultura como motor: “Somos como o ato de criação permanente que nos acolhe, nos expande, uma constituição bem brasileira trabalhando com arte, teatro,

ACOMPANHE OS COLETIVOS NO INSTAGRAM:



Amarévê: @amareve

Coletivona: @coletivonacoletivona

Espaço Casulo: @espacocasulomare

Mulheres Ceramistas da Maré:

@projetomae.rj

Maré de Sabores: @maredesabores

“Somos como o ato de criação permanente que nos acolhe, nos expande, uma constituição bem brasileira trabalhando com arte, teatro, política, memória, educação, saúde mental, cultura alimentar, ancestralidade, comunicação comunitária, direitos humanos.”

NATASHA CORBELINO, idealizadora do projeto Coletivona



DIVULGAÇÃO

Maria Evangelista e Glória da Conceição, da Oficina de Cerâmica Negra online política, memória, educação, saúde mental, cultura alimentar, ancestralidade, comunicação comunitária, direitos humanos”.

Protagonismo e geração de renda

Com o passar dos anos, é possível notar o processo de crescimento das mulheres enquanto geradoras de renda, e o território reflete essa realidade: dos 3.182 empreendimentos do bairro, 42,8% são geridos por elas, de acordo com o *Censo de Empreendimentos da Maré*, desenvolvido em 2014 pela

Redes da Maré. Enxergando toda essa potência a partir do trabalho das moradoras, a Casa das Mulheres da Maré desenvolve uma série de ações voltadas tanto para a geração de renda, como também para o bem-estar das envolvidas.

A iniciativa existe desde 2016 dentro de uma casa no Parque União, gerida, frequentada e pensada para as mulheres mareenses melhorarem sua qualidade de vida, através do atendimento psicológico e sociojurídico, apoio ao enfrentamento de violências e oportuni-

dade para a qualificação profissional. “Incentivar o empreendedorismo e a independência dessas mulheres nos faz mostrar a garra e o potencial que elas têm. É importante que elas saibam que são independentes e capazes de conquistar tudo aquilo que almejam”, observa **Myllene Santos**, assistente de coordenação da Casa das Mulheres da Maré.

Duas são as motivações para que as pessoas comecem a empreender: oportunidade (59,4%) e necessidade (39,9%), segundo a *Global Entrepreneurship Monitor/ GEM Brasil 2017*. Em meio à pandemia, os trabalhadores viram a sua renda diminuir e perceberam a necessidade de empreender. A Casa das Mulheres também precisou se adaptar para apoiar a Maré e oferecer geração de renda tanto às mulheres que fazem parte do programa como para outras que moram nas 16 favelas do conjunto. Com a segurança

alimentar do território em risco, surgiu uma nova forma de atuação, em especial para o bufê Maré de Sabores, que atuou em uma das frentes da campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus*.

As mulheres que já faziam parte do projeto foram convidadas a produzir quitandas para pessoas em situação de rua da cena de crack da região. Em média, foram entregues 350 refeições por dia durante nove meses. Assim, o projeto deu suporte à população local e também permitiu que essas mulheres não perdessem a sua renda nesse período.

O bufê reabriu em dezembro para o público, mas de forma ainda adaptada, por conta da pandemia. São oferecidos dois cardápios, um fixo e um sazonal, entregues em domicílio, e que podem ser acessados pelo Instagram do bufê.



2020

Dias tristes, felizes, estressantes, calmos, ociosos, atarefados, bons e ruins, temos nessa fase difícil que o mundo está passando. Mas a única coisa que a pandemia não pode nos tirar é a nossa esperança, pois somente ela é capaz de nos fazer olhar para frente e pensar que não é o fim e, sim, um recomeço para o planeta Terra. Foi o modo que Deus achou para nos fazer parar e ver que estávamos seguindo por caminhos errados, em que o egoísmo era a prioridade das nações. A minha esperança é que quando o nome Covid-19 sair dos noticiários, as matérias que saiam nos telejornalismos sejam sobre ações mais solidárias e que superamos o egoísmo que domina a humanidade. Alguns podem dizer que isso é uma utopia, um romantismo, um sonho, pode ser que sim, mas a única coisa que não podem nos tirar é a nossa criatividade, pois sem ela nós nos tornamos robôs e monótonos.

JENIFER SILVA

Maré, Rio de Janeiro-RJ



Jenifer Silva é estudante de Relações Públicas da UERJ, estagiária da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro e moradora do complexo de favelas da Maré.

Rio de Janeiro #22

Diários de Emergência COVID-19

COVID-19 EMERGENCY DIARIES RIO DE JANEIRO



Delícias que cabem no bolso

Nada melhor que, no fim da tarde, comer um pão de queijo acompanhado de café. Que tal adaptar a tradicional receita e experimentar uma versão mais prática, feita na frigideira? Além de rápida, ela é uma alternativa para um lanche diferente.

PÃO DE QUEIJO DE FRIGIDEIRA

INGREDIENTES:

- 1/2 xícara (chá) de leite
- 1/3 xícara (chá) de óleo
- 2 ovos pequenos
- 1 xícara (chá) de polvilho doce
- 3/4 xícara de queijo ralado sal a gosto
- Azeite, manteiga ou óleo para untar

MODO DE PREPARO:

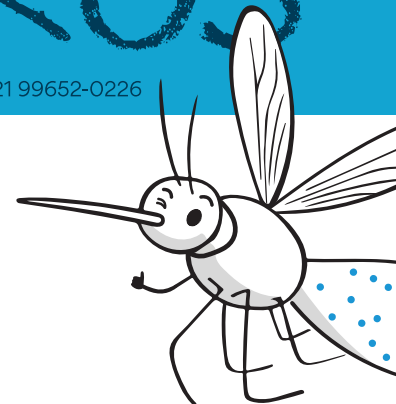
- Bata todos os ingredientes no liquidificador.
- Unte uma frigideira pequena com um pouco de óleo, azeite ou manteiga.
- Na frigideira aquecida, coloque um pouco de massa e deixe-a dourar dos dois lados.
- Rendimento: 6 porções

DESAFIO DO POINT DO WOLBITO

JOGO DOS 7 ERROS

wmpbrasil.org wmpbrasil 21 99652-0226

Junte-se ao Wolbitto no combate a dengue, Zika e chikungunya na Maré. Marque os 7 possíveis focos de mosquito *Aedes aegypti*.



Resposta: 1) caixa d'água; 2) calha; 3) garrafas; 4) pratos de plantas; 5) pneus; 6) lixeira; 7) potes do cachorro.



CONEXÃO SAÚDE

DE OLHO NA COVID

NA MARÉ!

ISOLAMENTO SEGURO

TÁ COM COVID OU CONHECE ALGUÉM QUE ESTEJA?

Uma equipe pode orientar sobre isolamento seguro e oferecer insumos para a recuperação.

Mais informações? Mande um zap para **(21) 99924-6462.**

O ATENDIMENTO É GRATUITO!

E lembre-se: a pandemia não acabou! Evite aglomerações, lave bem as mãos e use máscara.

Acompanhe o Maré de Notícias na internet!



@maredenoticiasoficial



@maredenoticias



@MareNoticias



(21) 97271-9410



contato@maredenoticias.com.br



www.mareonline.com.br